



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



Estamos aqui empenhados – e, possivelmente, a partir de janeiro de 2002 – no sentido de termos a possibilidade de um acerto efetivo entre o Grupo Andino e o Mercosul. Ao mesmo tempo, estamos fazendo esforços bilaterais. O México tem dado um exemplo brilhante nessa matéria – brilhante: conseguiu um acordo com a União Européia, faz parte do Nafta, tem acordos com vários países da América do Sul, está com um acordo avançado com o Brasil.

Enfim, esse é o certo. Não precisamos ficar imaginando que ou é cara ou é coroa. Essa nossa lógica não pode ser a lógica do terceiro excluído. Tem que ser uma lógica em que a contradição possa existir e conviver um certo tempo. Temos que conviver um pouco com a contradição. Não podemos ter um raciocínio muito formal nessa matéria.

É óbvio também que, se a geometria for variável, se formos imaginar que existam situações que, em um momento, se cristalizam em um pacto, depois se flexibilizam, e que existem as relações bilaterais, etc., então, vamos ter que encarar a relação hemisférica da mesma maneira. Assim, não podemos pensar que estamos fazendo *bunkers* para resistir àquilo que, eventualmente, possa vir a ser, amanhã, nosso interesse, que é uma negociação clara com o conjunto do hemisfério. Mas também não queremos – e repito a frase, que é feita – um regionalismo fechado. O nosso regionalismo tem que ser aberto. E todos estamos empenhados em fazer o que o México já fez, ou seja, discutir com a União Européia condições de uma área de livre comércio.

Então, estamos todos trabalhando, de alguma forma, na direção de ampliar os fluxos de comércio, na direção de quebrar barreiras. Obviamente, os países mais ricos, mais poderosos, que são os que mais têm barreiras que nos afetam, muitas vezes querem ir muito depressa, sem perceber que não vamos poder ir depressa porque levamos um tombo. E não vamos levar tombo. Vamos discutir muito duramente, ponto por ponto, qual é o nosso interesse. E o nosso, aqui, é variável. Às vezes, é o do Brasil. Às vezes, é o do Mercosul. Às vezes, é do Pacto Andino com o Mercosul. Às vezes, de toda a América Latina. Enfim, é variável. Mas vamos discutir porque é normal, nesse processo de negociação internacional, que assim seja.

Mas acho que o importante é que temos que ir caminhando, crescentemente, nessa direção, acompanhando a evolução do mundo e olhando sempre o interesse de cada um de nós e os interesses comuns, que são muitos, da nossa região.

Nos momento de maior aflição, quando parece que as coisas vão ser muito difíceis, sempre imaginamos alguma saída. Recordo-me que, um dia, em Buenos Aires, na Embaixada do Brasil, eu estava com um grupo de empresários argentinos dos mais expressivos. Eu ia me encontrar com o Presidente Carlos Menem. O Presidente Menem havia lançado a idéia de uma moeda comum, que é boa idéia. E eu sou muito realista. Não é uma coisa boa isso, mas eu costumo ser realista: “É uma idéia, mas como é que eu faço? Essa idéia, não posso dizer nem que sim, nem que não. Se eu digo que não, estou frustrando uma idéia boa. Se digo que sim, vão me perguntar: quando? E eu fico sem responder”. Então, eu disse: “Olhem, nós temos que fazer, primeiro, um pequeno Maastricht”. Aí, a imprensa passou a discutir o pequeno Maastricht, pequeno Maastricht, pequeno Maastricht... E nisso estamos.

O que é o pequeno Maastricht? É uma tentativa de convergência de política macroeconômica. É óbvio que precisamos disso. É óbvio que os empresários sabem que é muito difícil trabalhar com os países quando cada país tem uma política distinta uma da outra. Isso vai até chegar o limite da moeda comum, que é um limite lá, mas que é pensável, que é bom que se pense, que é bom que se pense qual é a maneira, projetar para o futuro como vão ser as nossas relações.

Acho, portanto, que temos que avançar, e muito, nessa direção. Agora mesmo, vamos ter, em dezembro, duas reuniões importantes: uma do Pacto Andino e outra do Mercosul. Na do Mercosul, vamos discutir, mais profundamente, a relação com o Chile. Sabem todos do empenho que temos em que o Chile participe mais plenamente do Mercosul. Não apenas do Mercosul político, mas do Mercosul econômico, no conjunto do Mercosul. Será possível? Não será possível? Não sei. Vamos fazer força na direção afirmativa. Ainda recentemente, o Presidente De La Rúa convidou o Presidente da África do

Sul, para que assistisse às reuniões de Buenos Aires. Não foi possível. Mas insistimos agora e ele, provavelmente, estará na reunião de Florianópolis, no fim do ano.

Bom, se estamos fazendo esse esforço com a África do Sul, imaginem o México, que é um país de uma importância enorme, que é um país latino, que tem uma série de coincidências conosco. Ele tem que ser parte constante das nossas preocupações, não no mau sentido da preocupação, mas no bom sentido da preocupação. É parceiro, tem que ser parceiro, nas condições em que for possível ser parceiro, respeitando os interesses, às vezes, que até a geografia impõe. E a gente não escolhe a geografia. A nossa é aqui e estou contente com ela. Mas, de qualquer maneira, os outros têm outra geografia e vão ter que se adaptar a essa geografia e levar adiante essas transformações, o quanto puderem. Assim como eu acho que nós temos que nos empenhar, todos, e eu acredito que como existe o Ceal, as relações interempresariais são muito importantes para que a relação da União Européia com esta parte do mundo deixe de ser retórica e possa ser concreta. Quem primeiro aqui nos falou da possibilidade de uma área de livre comércio com a União Européia foi o Presidente Chirac, que veio ao Brasil e falou nisso. Eu o peguei pela palavra.

É claro que nós temos que imaginar, nós sabemos, que a França tem dificuldades na política agrícola. E não se pode imaginar que o Presidente da França e o Primeiro-Ministro, sobretudo, apertam um botão e a política agrícola de repente muda. Não muda, porque os interesses não mudam.

Além do mais há eleições, que são fatos também, importantes, da vida política social e econômica. Não se pode imaginar que se isso se faça de repente. Mas, com persistência, com convencimento, nós vamos acabar diminuindo, pelo menos, certas resistências e barreiras que lá estão, que nós não podemos aceitar. Acham que isso tudo vai requerer, da parte de todos nós, uma consciência muito grande da importância da existência de certos organismos multinacionais.

Eu não me refiro aos aqui presentes – o BID, a CAF, o Banco Mundial – mas me refiro também à Organização Mundial do Co-

mércio. Porque se nós estamos, realmente, imaginando porque é necessário, pela própria globalização, a intensificação de relações internacionais, nós precisamos dispor de alguns órgãos que permitam uma definição clara de certas regras. Às vezes, as definições não nos agradam. Agora mesmo, o Brasil acabou de ter uma discussão com o Canadá, e vamos ter que pagar um certo preço, país subdesenvolvido, como é o Brasil, pagando um preço a um país desenvolvidíssimo, como é o Canadá. Injusto, mas é da regra. Nós vamos lutar e vamos continuar lutando para diminuirmos, enfim, os efeitos maléficos da decisão, mas nós não vamos dizer: "Ah, não, então não participo mais da organização, era a OMC". Não, nós temos que fortalecê-la.

Eu acho que o que aconteceu em Seattle não foi bom, porque estávamos próximos de dar um passo grande. E o que aconteceu em Seattle e que aqui, pelos chamados progressistas foi entendido como se fosse um avanço, foi um avanço para os países desenvolvidos que não querem absolutamente ceder em pontos importantes aos países que estão em desenvolvimento. Não foi avanço nenhum. Foi uma espécie de perda de oportunidade. Perdeu-se uma oportunidade, mas não se perderam todas. Vamos continuar avançando. Temos que, crescentemente, discutir a natureza desses organismos e participar, mais ativamente, deles. Se eu acho isso lá fora, tenho que achar isso aqui também.

Acredito que o Mercosul tem que dar passos para sua institucionalização. O tema é delicadíssimo, porque implica sempre, não vou dizer perda, mas subestabelecimento de poder. Mas não se pode imaginar o futuro de um processo integracionista, sem que existam órgãos que tenham uma relativa capacidade de controvérsias e de avançar em políticas e de sustentar políticas simplesmente porque o Estado Nacional quer manter a sua incolumidade, que já não existe. Nós temos que ser realistas.

Agora, não quer dizer isso que os interesses nacionais vão desaparecer, porque não vão. Eles têm muita força. Nem quer dizer isso que, através da institucionalização, os países perderão a sua capacidade de influenciar e, naturalmente, vão influenciar de acordo com o peso relativo que eles têm, que é sempre variável. Às vezes, num momento, é positivo, outras vezes é menos.

Pois bem, nós agora estamos aqui com essa reunião. O Ceal é muito bem-vindo nesse momento. É uma rede que vai ajudar a difundir idéias e a fortalecer possibilidades de política – nós temos, agora, aqui, com essa reunião de 12 presidentes da América do Sul. Incluímos a Guiana e o Suriname nessa reunião também, o que é uma coisa importante. E a idéia aqui é uma idéia singela, mas que tem significado.

Primeiro é uma surpresa. Nunca nos reunimos. O estranho não é fazer a reunião e sim que nunca nos tenhamos reunido. Ainda hoje, uma televisão internacional me perguntou: “E o México não está zangado?”, eu disse: “Mas zangado por quê? Pelo contrário. Ele está presente. Além do mais, lamento que o México não seja vizinho do Brasil. Eu lamento. Sinceramente lamento”. Gostaria. Agora é só por isso, porque a reunião é para fazer integração física. Não é isso? Essa integração física não tem nada a ver com o nosso compromisso latino-americano, integrationista, hemisférico. Mas eu não posso fazer uma ligação rodoviária do Brasil com os Estados Unidos. É muito cara.

E, também, fica difícil trazer gás ou energia elétrica do Hemisfério Norte. É essa a razão. O gás da Bolívia nós já o temos. Custou mas temos, gás da Argentina, vamos ter em Uruguaiana. O sistema de eletricidade brasileiro está conectado com o da Argentina diretamente, pelo Sul. Estamos terminando a nossa conexão com a Venezuela, na questão lá do Guri, trazendo para o Norte do Brasil eletricidade que vem da Venezuela. Mais tarde, quem sabe, até dutos para petróleo e sei lá o quê. O nosso petróleo hoje é da Argentina e da Venezuela basicamente, e um pouquinho do Equador. Quer dizer, são relações de vizinhança pela possibilidade geográfica. E há muito o que fazer. Há muito o que fazer, para não falar das rodovias, das ferrovias. E, sobretudo, das telecomunicações.

Da mesma forma como me referi ao fato de que aqui, no Brasil, nós temos que fazer certas agências para cuidarem de regras de funcionamento, nós precisamos ter regras comuns de funcionamento entre os vizinhos, para regular essas questões.

Nós pedimos ao BID que preparasse – eu creio que a CAF ajudou também – um programa para ver, ainda sem definir projetos, quais são as áreas nas quais os vizinhos podem cooperar.

Então, essa reunião é uma reunião de vizinhança. Mas é só isso, não tem outra intenção que não essa, de consolidar, porque é um processo de integração importante, integração física. Física é modo de dizer, porque, agora, já não há mais essa idéia de física, na medida em que há telecomunicações e tudo o mais.

E, aqui, no Brasil, nós temos um programa que não vou detalhar, não, chamado Avança Brasil que tem eixos, em que nós definimos certos eixos de desenvolvimento. E eu não vi, ainda, o programa do BID. Só vi as coisas preliminares, mas tenho certeza de que tanto o BID quanto a Corporação Andina de Fomento (CAF) têm condições de participar ativamente da definição desses projetos de infra-estrutura física.

E, finalmente – porque vocês devem estar com fome, já – eu queria lhes dizer o seguinte: além disso, nós temos, todos, preocupações realmente comuns. Democracia para nós, hoje, é um valor absolutamente essencial. E esse é hemisférico. Esse é hemisférico. E a cláusula democrática do Mercosul é fundamental. Nós vamos entrar nessa matéria.

Nós também temos inimigos comuns. O narcotráfico é, realmente, um drama. É internacional e requer uma ação conjunta, hemisférica também. Até mais do que isso, mundial, global. Porque a lavagem de dinheiro é global. Isso requer uma área de grande convergência.

Mas, além dessas áreas e da ecologia, da preservação do meio ambiente, nós temos uma responsabilidade também muito grande. Além desses temas, que são os grandes temas do mundo contemporâneo, nós, aqui, temos o problema do nosso atraso relativo e da necessidade de dar um salto nesse atraso relativo. E, aí, é educação, ciência e tecnologia. Acho que a concentração dos nossos esforços nessa direção – hoje isso é uma consciência geral – tem que ser muito grande.

Eu disse que ia finalizar falando um pouquinho sobre a questão de ciência e tecnologia, em que a cooperação da empresa privada com o setor público, das universidades em geral, de todo tipo de universidade, e entre os nossos países, é fundamental. Se hoje o Brasil dispõe da possi-

bilidade, como dispõe, de atrair capitais, investimento, uma certa base industrial, possivelmente é porque nós avançamos muito nessa área.

O Doutor Roberto disse que vamos atrair 55 bilhões de dólares, em dois anos. Bem, custumo dizer e vou repetir: quando fui Ministro da Fazenda, houve um ano em que nós recebemos 1 bilhão e 200 milhões – 1,2 num ano! Agora, é de 2 a 2,5 milhões por mês, desde que nós fizemos o Plano Real. E investimento direto, é investimento para ficar. Desde que nós fizemos o Plano Real, recebemos 100 bilhões de dólares, de várias partes do mundo, sendo que a Europa Latina descobriu a América Latina.

Se, antigamente, o investimento aqui era americano, continua sendo, mas também era alemão, sueco, inglês; agora é italiano, é francês, é espanhol, é português. A Europa Latina descobriu a América Latina, e apostou bastante nesse processo.

Mas, se nós pudemos atrair isso tudo, é porque aqui existe uma certa base de desenvolvimento científico-tecnológico. Porque essa é a riqueza do futuro, e essa revolução com a Internet, o fato de nós podermos estar, já, quase sem um *gap*, sem a brecha entre a vanguarda tecnológica e a nossa ação tecnológica. Por causa do desenvolvimento das telecomunicações e das técnicas de telemática, nós estamos, talvez, apenas dois anos atrasados. No passado, a fronteira tecnológica estava 20, 30, 40 anos à frente da América Latina. Agora é muito menos. Nós podemos dar o salto e preencher esse *gap* com rapidez.

E isso depende de uma ação coordenada também. Eu dizia que, aqui, houve essa capacidade de atração de investimento, em grande parte por causa da base científica e tecnológica. E eu tenho repetido e vou reiterar: em 1951, foi criado, no Brasil, o CNPq, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Bom, o CNPq, uma agência de promoção de desenvolvimento científico e tecnológico, foi criado em 51, é contemporâneo do CNRS da França, e contemporâneo da National Science Foundation dos Estados Unidos, da mesma época, 51, 52, 53.

De lá para cá, nós temos dado bolsas de estudos sistematicamente: mestrado, doutorado, bolsas de iniciação. No último ano, nós de-

mos 67 mil bolsas. Como esse programa tem 50 anos, praticamente – não demos 60 mil bolsas por ano, porque aí seriam 3 milhões de pessoas – mas, certamente, na média deve estar acima de 10 mil. Então, podem imaginar que cerca de 500 mil, meio milhão de pessoas foram treinadas. Isso conta. Isso conta bastante, para o desenvolvimento. Eu me refiro a uma instituição ou duas, nacionais. Os estados também têm instituições de promoção do desenvolvimento.

Isso é fundamental porque nós, hoje, dispomos de cabeça, capacidade intelectual, que é o fundamento para o crescimento do futuro. E, aí, nós podemos estar juntos. Porque aí nós podemos ter programas em cooperação, dos países da América Latina e com os Estados Unidos. Eles estão lá fazendo a Internet 2. Quem não entrar na Internet 2, vai perder 20, 30 anos. Tem que entrar, nós já entramos, e tem que alterar toda a infra-estrutura básica de comunicação. É complicado. Mas nós temos essa possibilidade.

Eu queria terminar mostrando, reiterando a importância que empresto a organizações como o Ceal, porque elas podem dinamizar essas idéias, e podem fazer com que haja convergência do interesse privado com o interesse público. E podem também ajudar que se tenha uma compreensão genuína das relações internacionais, que não podem mais estar baseadas em hegemonias. Isso não tem sentido mais. Têm que estar baseadas em cooperação, não podem estar baseadas em exclusão. Têm que estar baseadas nessa geometria variável, para que se inclua crescentemente o conjunto dos povos realmente interessados em manter a paz, a prosperidade, em combater o narcotráfico, em melhorar a condição de vida, melhorar a condição, enfim, a acessibilidade aos bens do mundo moderno de toda a população.

Era o que eu queria lhes transmitir e dizer, também, da minha confiança imensa em que, a despeito de todas as dificuldades, essa nossa região latino-americana continuará a ter um desenvolvimento, e com as condições de liberdade, com as condições de compreensão da importância da estabilidade econômica que hoje se tem e com a paixão pelo desenvolvimento, e com a necessidade ética de justiça social, que é o imperativo. Diga-se, de passagem, hoje o que mais faz

com que as pessoas se movam é o choque que têm, por causa dos meios de comunicação, que se modernizaram muito, de ver a desigualdade. Portanto, o imperativo ético de diminuir a desigualdade.

Com tudo isso, tenho certeza de que nós vamos dar o melhor de nós mesmos, para que as gerações futuras sejam melhores que as nossas.

Muito obrigado.